



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais [ST]

DA CLASSE À SUBCLASSE: UM CONTRIBUTO PARA A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE POBREZA

ABRAÃO, Ana

Doutoranda em Business & Management

Middlesex University, London, UK

a.abraao@mdx.ac.uk

AMARAL, Virgílio

Doutor em Psicologia Social

CES-Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

vamaral@ces.uc.pt

Resumo

A igualdade é um princípio basilar para o bem-estar social e, no entanto, a organização societária incorpora diversas desigualdades, tais como as de classe, género, etnia, culturais, cidadania, deficiência e idade. As desigualdades socioeconómicas atuais, resultam de uma distribuição desigual de recursos entre as diferentes classes sociais, e estão associadas a alterações no tecido económico que conduzem a relações laborais atípicas, como seja o subemprego, que se corporiza, em termos sociais, na emergência de uma categoria socioeconómica com rendimentos insuficientes para se manter acima da linha de pobreza. Os indivíduos que incorporam tais grupos sociais por, ao nível de configuração de classe, se encontrarem fora ou abaixo da classe trabalhadora tradicional, não se poderão considerar constituindo uma classe em sentido estrito, configurando, desse modo, uma subclasse. Este trabalho apresenta uma proposta para a clarificação do conceito de subclasse e a sua estrutura na sociedade Portuguesa. Para o efeito analisámos os dados da quarta ronda do *International Social Survey* (2009) e verificámos que os working poors possuem características próprias: a constituição familiar, o número de adultos provedores, passando pelo nível de rendimentos por família, que combinados poderão indiciar sinais de pobreza.

Abstract

Equality it's one of the principles for societies' well-being. Nevertheless, society's organization it's based on several inequalities such as class, ethnic, citizenship, handicapped and age based. Nowadays, socio-economic inequalities are due to an unequal resources distribution between the different social classes and are associated with changes in the economic tissue that led to atypical labor relations, such as underemployment. This is a social economic category for one with insufficient income to be kept out of poverty. The individuals that are in those social groups cannot be considered a full class, because they are out or bellow the traditional working class, being in that sense, an underclass. This article it's a proposal to the understanding of the concept or underclass, and to do so analyses the Portuguese society's structure. This work presents a proposal to the clarification of the underclass concept and its structure within the Portuguese society. To accomplish the aim we have analyzed data from the 4th International Social Survey (2009) and verified that the working poors have inherent characteristics: the composition of the household, the number of adult providers within the household and the family's outcome that combined might indicate signs of poverty.

Palavras-chave: Desigualdade; Pobreza; Classe; Pobreza no Ativo; Subclasse

Keywords: Inequality; Poverty; Class; Working Poor; Underclass

Nunca um conceito se apresentou tão pouco consensual quanto o de pobreza. Se por um lado existe uma tentativa por parte das Nações Unidas em delimitar a pobreza a um dólar por dia (Schiller, 2001) por outro este limite carece de consenso, por representar um nível de privação extrema, para que possa ser aplicado indiscriminadamente a todas as sociedades (Schiller, 2001). Na União Europeia, o debate consiste em definir a pobreza em dois tipos: a pobreza absoluta ou extrema e a pobreza relativa (Penã-Casas e Latta, 2004). Conceito que parece aberto a aceitar outras definições de para além da proposta pelas Nações Unidas. Este estudo visa apresentar um contributo para a definição dos constructos de pobreza e de subclasse, verificando se as características específicas que se associam a uma categoria socioeconómica que não se enquadram nem na classe média nem na classe baixa, considerando-se a pobreza, nomeadamente a designada “pobreza no ativo” (“working poors”) como uma subclasse, que se enquadra no conceito lato de pobreza relativa proposto pela União Europeia, e que o constructo proposto de “subclasse” se apresenta como um contributo para a clarificação do conceito de pobreza.

1. Da distribuição desigual à estratificação classista

A igualdade, mais do que um princípio consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (UN, 1948), é considerado um princípio basilar para o designado bem-estar social, e não será por acaso que as sociedades consideradas como mais justas e prolíferas economicamente são também as que apresentam maiores índices de igualdade social (Myrdal, 1975).

Deste modo, é natural que se pense no fenómeno da desigualdade tendo em vista a sua irradicação ou minimização. Sendo um fenómeno complexo, a sua abordagem é interdisciplinar (da Economia à Sociologia), mas o trabalho que apresentamos tem, sobretudo, um enfoque sociológico. Deste último ponto de vista, Estanque (2009) considera a desigualdade social como resultante de uma distribuição desigual dos recursos materiais e económicos entre as diferentes classes sociais que, conjugados, criam barreiras invisíveis entre classes no acesso a bens imateriais como os recursos educacionais, culturais e simbólicos, mas, evidentemente, também a bens materiais, mormente os rendimentos económicos.

A abordagem marxista de classe, considera-a como elemento central dos processos dinâmicos no terreno social, sendo que a repartição societária desigual seria resultado da distribuição desigual dos meios de produção. Assim, de um lado encontram-se os capitalistas e detentores dos meios de produção, e, no extremo oposto, os proletários (aqueles cujo único bem de que dispunham era a sua capacidade de trabalho e que colocavam ao serviço dos capitalistas em troca de um salário). Contudo, esta relação, para além de desigual, espelha igualmente objetivos antagónicos, em que um grupo (o capitalista) obtém vantagens socioeconómicas através da produção máxima ao menor custo, assegurada por um proletariado que trabalha longas jornadas em más condições sociais e, naturalmente, mal remuneradas (Estanque e Mendes, 1997; Estanque, 2009).

Contudo, a temática da desigualdade é de tal forma lata que admite outras explicações para além da apresentada pelo materialismo histórico marxista, que assenta as suas propostas sobre as relações económicas nas sociedades capitalistas, no antagonismo desigual entre duas classes (os capitalistas e os proletários). Se esta abordagem até à década de 70 era considerada uma explicação tão abrangente quanto consistente para as desigualdades económicas, a partir de então, com o ingresso maciço da mulher do mercado de trabalho remunerado (Crompton, 1997), como fenómeno sociológico evidente, outros fatores, como seja neste caso o género, passaram a estar em evidência no âmbito dos estudos teórico-empíricos sobre as desigualdades sociais. Desse modo, as classes deixaram de ser meramente “masculinas”, deixando de se assumir como exclusivamente masculino o papel social de provedor de sustento da família no qual a mulher se limitava a um papel (passivo) de “dona de casa”.

A entrada da “mulher” no trabalho remunerado significou não só que aquela categoria passou a contribuir ativamente para o sustento da família (England, 1997), mas acarretou, também, um conjunto de alterações significativas na estrutura familiar e societária. A independência económica e financeira feminina acompanhou movimentos de emancipação sexual e emocional, verificando-se que as mulheres passaram a deter ferramentas para escapar às “obrigações” tradicionais do casamento e a relações insatisfatórias.

Assistiu-se, desse modo, ao aumento da idade do casamento, do número de divórcios, de nascimentos fora do casamento, bem como a fenômenos relativamente novos, como o incremento de famílias monoparentais.

Segundo Paula England (1997), quando se analisam os índices de pobreza das mulheres e dos homens, verifica-se que a percentagem de mulheres a viver em agregados pobres é superior à dos homens, não só porque, em média, aquelas auferem menos do que os homens, como, em regra, aquando de divórcio, são as mulheres a quem, tendencialmente, cabe a guarda dos filhos. Existirá, neste caso, um risco elevado para que o adulto cuidador caia na pobreza, pois quanto maior o agregado familiar, maior a necessidade de rendimento, dado que nas famílias monoparentais o rendimento disponível é dividido por vários elementos (England, 1997).

Outro aspeto que não pode ser descurado aquando da análise das desigualdades sociais, para além da classe e do género, são as diferenças raciais, étnicas ou culturais (England, 1997; Estanque, 2009), a deficiência e a idade (Stitt, 1994; Peña-Casas e Latta, 2004). Vários são os estudos que apontam para o facto de as minorias étnicas ocuparem mais empregos mal remunerados, e apresentarem uma maior probabilidade de cair na pobreza (Gleicher e Stevans, 2005; Stitt, 1994; Gans, 1996).

2. Modelos causais da pobreza

A clivagem e exploração de uma classe por outra não é um conceito recente. De facto, quer se fale das sociedades capitalistas atuais, da escravatura ou do feudalismo, as relações económicas referidas são representativas de relações desiguais, implicando, conseqüentemente, o fenómeno da pobreza da classe explorada (Stitt, 1994). Num contexto de melhoria das condições de vida, alicerçada no desenvolvimento (Myrdal, 1974), o debate sobre a igualdade ganha particular importância, de tal forma que tanto as organizações mundiais como os investigadores, passaram a considerar a igualdade e a equidade como assuntos indissociáveis do processo de desenvolvimento económico (Jenkin, 2011; Myrdal, 1975; Myrdal, 1974). Se a complexidade do fenómeno explica, em parte, a multidisciplinaridade do seu estudo, o enfoque dado ao assunto pelas diversas áreas científicas poderá ser explicado, segundo Gunnar Myrdal (1975), pelo facto de ser um dever moral fazê-lo, e tal como Piachaud (1986, p. 19, op. Cit. Stitt, 1994, pp. 75) argumenta, “se o termo pobreza acarreta a implicação e imperativo moral de que algo deve ser feito, então o estudo da pobreza só se justifica se influenciar as atitudes e comportamentos individuais e sociais”.

Várias são as abordagens que se perfilam na tentativa de explicar um fenómeno que para além da falta de rendimentos, evidencia igualmente “ falta de poder” como “fator constituinte” das desigualdades sociais (Stitt, 1994).

Na perspetiva dos economistas ortodoxos, a pobreza resulta de uma relação entre o rendimento e a produtividade marginal, surgindo como o resultado da demanda por salários elevados para uma determinada produtividade. Para o modelo funcionar pressupõe-se a existência de três requisitos: a) o equilíbrio de mercado (ou seja, o mercado tem de ser perfeitamente competitivo, de tal forma que os salários dos trabalhadores equivalem à sua produtividade); b) a soberania dos trabalhadores é representada pelas oportunidades que lhes são concedidas pela maximização das suas competências, adquiridas através da educação, formação, experiência, etc. que quando colocadas ao serviço do mercado poderão repercutir-se através da produtividade e lucros para o empregador; c) a harmonia de interesses incorpora-se através do consenso de interesses entre empregador e empregado (Stitt, 1994).

A teoria dos grupos minoritários atribui a justificação para a pobreza às características grupais dos pobres, e distingue dois grupos de pobres: a) os extremamente pobres que possuem uma pobreza primária, cujos rendimentos são claramente insuficientes para fazer face às suas despesas; b) o grupo de pobreza secundária em que os rendimentos seriam suficientes para fazer face às despesas individuais, caso os indivíduos tivessem um maior controlo das suas despesas, ou uma maior capacidade de gestão financeira.

A “teoria da subcultura de pobreza” enfatiza como causa da pobreza as características individuais ou da personalidade do indivíduo, considerando que os indivíduos económica e socialmente mais pobres

“mergulham” numa subcultura de pobreza, distinta da cultura predominante na sociedade em que se insere, que se autoalimenta e perpetua (Stitt, 1994; Newman e Lennon, 2004).

As teorias do mercado de trabalho concentram, exatamente, no mercado de trabalho o cenário principal para a causa da pobreza, em particular à oferta e à procura do mercado por diversas qualidades da mão-de-obra, e à interação destes requisitos com a motivação dos trabalhadores.

As teorias estruturalistas, que enfatizam o cariz eminentemente social da pobreza, assumem que esta radica das estruturas desiguais da sociedade – mormente da sociedade capitalista – e, como tal, a solução para o problema reside na reforma dos sistemas social e económico (Stitt, 1994).

De acordo com a explicação Marxista/materialista clássica, o capitalismo é indissociável da sua consequência (quase lógica), a pobreza, sendo que a solução para o problema incidiria na abolição do sistema capitalista. Nesta perspetiva, o desemprego, o subemprego e os magros salários não servem senão aos interesses do capital e sendo o capitalismo responsável pela colocação dos meios de produção e distribuição na mão de grupos e indivíduos com interesses privados, a pobreza é um resultado “natural”. Para Marx, a pobreza, mais do que um problema social que resulta do conflito de interesses, é explicada pela desigualdade e opressão do indivíduo pelo sistema vigente (Stitt, 1994; Wright, 1994).

3. Mensurando a Pobreza

De acordo com o relatório “Working Poor in the European Union” (Peña-Casas e Latta, 2004) a pobreza poderá ser abordada mediante a medida de vários indicadores, podendo esta ser absoluta (quando se tem menos do que o definido objetivamente como necessário para viver), relativa (quando o próprio sente que tem menos rendimentos, comparativamente com os outros membros da sociedade) ou subjetiva (quando o indivíduo sente que não tem rendimentos suficientes para fazer face às suas necessidades) (Peña-Casas e Latta, 2004). Se parece não existir consenso no método para definir a linha de pobreza, existe um acordo convencional ao nível social, académico, institucional e político sobre o que deve configurar a linha de pobreza. O quociente de *Gini*, que mede a curva da diagonal da igualdade, e que varia entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (completa desigualdade), é frequentemente o critério adotado. Quando a curva se aproxima da diagonal (o rácio de Gini < 0.5) constata-se maior igualdade e, inversamente, quando a curva se afasta da diagonal (o rácio de Gini > 0.5) verifica-se uma maior desigualdade (Schiller, 2001; Blackburn e Bloom, 1989). Outra medida consiste no estabelecimento de um valor que garanta um mínimo para as necessidades diárias (sendo que estas necessidades mínimas são estabelecidas pelo mínimo necessário para garantir a ingestão diária de um mínimo de calorias e um abrigo), o qual se encontra definido pelo Banco Mundial como o mínimo de \$1.20 (aproximadamente €0,87) por dia, sendo que as pessoas que têm menos do que este valor para sobreviver diariamente são classificadas como pobres (Schiller, 2001). Outra abordagem consiste na definição de um rendimento médio na sociedade, pretendendo-se medir os níveis de pobreza através do “método da classe”, que consiste no enquadramento numa de cinco classes de rendimentos a partir da medida da dispersão estatística da mediana:

1. Classe baixa – em que o rendimento é igual ou menor que 60% do rendimento mediano;
2. Classe média/baixa – rendimento acima dos 60% e menor ou igual a 100% do rendimento mediano;
3. Classe média – o rendimento encontra-se acima dos 100% ou abaixo ou iguala os 160% do rendimento mediano;
4. Classe média/alta – rendimento acima de 160% e menor ou igual a 225% do rendimento mediano;
5. Classe alta – rendimentos acima dos 225% da mediana de rendimentos (Blackburn e Bloom, 1989).

Outro aspeto igualmente importante para a antecipação das situações de pobreza consiste em reconhecer os padrões de pobreza que se caracterizam por três aspetos essenciais: o primeiro consiste na distribuição social da pobreza, ou seja de modo a individuar o grupo social mais prevalente entre os pobres tem-se em conta a incidência ou rácio de pobreza que se baseia na identificação dos grupos com maior probabilidade de cair em

situações de pobreza; o segundo consiste na identificação dos menos prováveis; e, em terceiro, a profundidade da pobreza, ou seja, identificar quais os mais pobres de entre os pobres (Cheal, 1996).

4. A conceptualização da pobreza: da Classe à Subclasse

Classe, segundo Erik Olin Wright (1994, pp. 89), “são meros degraus na escada das desigualdades”. De acordo com a definição de Wright, a sociedade encontra-se organizada numa estrutura piramidal e as classes correspondem aos níveis que a fragmentam, ocorrendo essa fragmentação com base na distribuição desigual de recursos, de autoridade organizacional e credenciais ou qualificações (Wright, 1997; Estanque, 1997; Estanque, 2009). O mapa das localizações de classe proposto por Wright (1994, 1997), permite estabelecer a sectorização classista em relação estreita com o trabalho detido ou desenvolvido.

Estanque (2012) argumenta que existe uma classe que serve de amortecedor entre as classes dominantes e as classes mais baixas – a “classe média” -, que encerra em si a pacificidade da sociedade, na medida em que permite que os indivíduos prestem serviços ao empregador em troca de “recompensas” que lhes permitam acumular o necessário para garantir a sua ascensão social. Segundo o mesmo autor, os anseios de elevação na estratificação social, sob a égide da meritocracia, leva os que se auto classificam de “classe média” a uma forma de resignação social, acabando por ocupar maus empregos (já que qualquer emprego sem condições é preferível ao desemprego), ou a investir numa formação universitária que lhes permita o acesso a um estatuto socioprofissional superior (seja diretamente, pela ascensão do próprio indivíduo, ou indiretamente, pela ascensão de descendentes de quem espera que, com a frequência de um curso superior, lhes seja garantido um emprego condizente, e um estatuto socioprofissional mais elevado que o da família de origem).

No entanto, as alterações no tecido económico têm conduzido ao surgimento de novas formas de organização do trabalho (Estanque, 2009, Estanque, 2012), que se caracterizam por formas de precariedade laboral, associadas a vínculos precários e ao subemprego, mediante a subutilização da força do trabalho, como seja o recurso a trabalho sazonal ou a horários reduzidos (Rebello, 2004). Os trabalhadores que integram esses grupos sociais, pelo fato de não terem uma configuração de classe definida e se encontrarem fora ou abaixo da classe trabalhadora tradicional, não se poderão considerar uma classe *strictu sensu*, configurando, desse modo, uma subclasse (Estanque, 2009).

Herbert Gans (1996) refere que a primeira vez que a expressão subemprego ou “*underclass*” foi utilizada para qualificar a classe baixa americana foi em 1963, pelo economista sueco Gunnar Myrdal. Esta “nova” categoria congregava os “desempregados, os empregáveis e os subempregados” (Myrdal, 1963, op. cit Gans, 1996, pp. 142). O conceito de “subempregado”, apesar de abranger os trabalhadores excluídos ou “empurrados” para as margens da sociedade, não é, no entanto, consensual (Gans, 1996). Se os *Myrdalianos* consideram os “subempregados” como um grupo vítima da economia capitalista, os seus contestatários limitam o termo à categorização de uma “subclasse” comportamental que professa uma cultura de pobreza, motivada por fatores de natureza intrinsecamente individual, como a preguiça, a falta de motivação e de autoestima (Murray, 1989, op. cit Gans, 1996; Wright, 1996). Num contexto em que o argumento de que a pobreza se deve a características intrínsecas do indivíduo (veja-se as considerações de alguns políticos a propósito dos titulares do Rendimento de Inserção Social, em Portugal), algumas questões que se colocam são as seguintes: será a pobreza meramente explicada por características pessoais como a preguiça? (Kim, 1998); será o trabalho o garante necessário para sair da pobreza? (Wright, 1994) A literatura que rejeita as teorias económica ortodoxa, dos grupos minoritários e da cultura/subcultura de pobreza, rejeita igualmente considerar os traços de personalidade do indivíduo como causa para a pobreza (Stitt, 1994), endossando o argumento do indivíduo como a parte mais fraca no processo de negociação, das suas condições, com os mercados (Wright, 1994). Outra resposta para as questões colocadas anteriormente parece ser explicada pela existência de *working poor*, indivíduos que se encontram “subempregados”, com empregos vulneráveis ou que, apesar de se encontrarem empregados, têm rendimentos (individuais ou do seu agregado familiar) claramente insuficientes para os manter acima da linha de pobreza (Wright, 1996).

5. Os *Working-Poor*: a pobreza “ativa”

O *Census* americano define os *working poor* como “adultos que passam pelo menos metade do ano a trabalhar ou à procura de trabalho mas que não recebem o suficiente para se manterem acima da linha de pobreza” (Newman e Lennon, 2004, pp. 117). Ramon Peña-Casas e Mia Latta (2004) referem, no relatório que elaboraram para a União Europeia, que “não é fácil definir ‘*working poor*’” já que o conceito “envolve a interação entre duas áreas de investigação: trabalho e pobreza” (pp. 3). O conceito contradiz algo que é, com frequência, comumente aceite: que quanto mais arduamente se trabalhar menor a probabilidade de se ser pobre (Kim, 1998; Peña-Casas e Latta, 2004). Marlene Kim (1998) não só contradiz a anterior consideração, como refere que esta é uma população que mais tem empobrecido na sociedade americana, e cujo empobrecimento se espera que continue a aumentar.

Os “*working poor*” consistem numa definição “guarda-chuva” que abarca aqueles que trabalharam pelo menos um mês no ano anterior e aqueles que no ano em análise tiveram períodos de trabalho alternados com períodos de desemprego e os desempregados pobres (Peña-Casas e Latta, 2004).

De entre os fatores que contribuem para a pobreza ativa podem ser enumerados, para além do baixo rendimento, a constituição do agregado familiar, a qualidade do emprego e as características individuais (Peña-Casas e Latta, 2004).

Tal como referido anteriormente, o fato do indivíduo trabalhar não é *per se* suficiente para escapar à pobreza. A segurança económica do indivíduo depende não só de saber se trabalha mas também quantas horas trabalha anualmente, e quanto recebe pelo trabalho prestado. De acordo com o ministério do trabalho americano, *working poor* são indivíduos que dedicaram 27 ou mais semanas do ano transato (ao ano em análise), a trabalhar, procurar emprego ou se encontram inseridos em agregados familiares com rendimentos abaixo da linha de pobreza (Schiller, 2001). Charles Murray (1997, op. Cit. Kim, 1998) argumenta que os *working poor* são-no devido ao parco número de horas de trabalho mal remuneradas, pois se trabalhassem pelo menos 35 horas por semana, ao longo de 50 semanas, não seriam pobres. Em linha com o argumento de Murray, David Gleicher e Lonnie Stevans (2005) estudaram a probabilidade de um indivíduo empregado ser membro do *working poor* e constataram existir algumas correlações entre a pertença à categoria dos subempregos, a profissão e o sector de atividade, encontrando-se, de algum modo, em linha com a teoria do capital humano e a eficiência salarial de Gary Becker, na medida em que segundo o economista, quanto maior o investimento na educação menor a probabilidade do indivíduo ser “subempregado” (Gleicher e Stevans, 2005).

Contudo, o argumento de Gary Becker é contestado por outros autores, e parte das críticas reside no facto de que os indivíduos que são pobres, são-no devido aos baixos rendimentos que auferem na realidade (Kim, 1998), rendimentos esses que, aquando do aumento do salário mínimo, por decreto, até poderão aumentar e contribuir para a melhoria da vida de alguns trabalhadores, predominantemente com fracas qualificações, enquanto outros trabalhadores, igualmente pouco qualificados, poderão perder os seus empregos e, conseqüentemente, reduzirão os seus rendimentos, caindo na linha da pobreza (Sabia e Burkhauser, 2010).

Outra característica-chave para a determinação da causa da pobreza é a constituição do agregado familiar. Famílias numerosas, monoparentais e agregados com situações de desemprego estão em maior risco de pobreza e exclusão social (Peña-Casas e Latta, 2004; Kim, 1998), sendo que, neste contexto, as políticas de apoio social mais sentido fazem para os casos das famílias mencionadas anteriormente de modo a assegurar serviços sociais que apoiem no cuidado dos seus filhos menores (Schiller, 2001; Stitt, 1994).

O fator qualidade do trabalho enfatiza a precariedade do vínculo contratual. A abordagem da precariedade consiste em verificar a temporalidade do vínculo, a duração do trabalho (se a tempo parcial ou a tempo inteiro) e os baixos rendimentos (Peña-Casas e Latta, 2004; Rebelo, 2004). Sendo, obviamente, mais vulneráveis à precariedade laboral, os trabalhadores que estão mais expostos ao subemprego e ao desemprego (Peña-Casas e Latta, 2004; Rebelo, 2004; Kim, 1998; Stitt, 1994). Características como a idade, a etnia, a deficiência, a qualificação, o género (Fula, Amaral e Abraão, 2012), são determinantes

para a vulnerabilidade dos indivíduos ao subemprego, estando também mais suscetíveis a integrar os *working poor* (Kim, 1998; Peña-Casas e Latta, 2004; Gleicher e Stevans, 2005).

A aparente falta de consenso na identificação das causas da pobreza parece ser o cerne para a ineficácia das políticas de combate à mesma. Pois é certo que uma política, por muito boa que seja, se não surgir enquanto resposta a uma problemática, para além de ineficiente, apresenta-se como inócua para a sua resolução.

6. Método

Este estudo visa apresentar uma proposta para o constructo de pobreza, verificando se as características específicas que se associam a uma classe, que não se enquadram nos conceitos de classe média nem de classe baixa, se encontram presentes ao nível de uma categoria socioeconómica que denominaremos de subclasse. Nesse sentido, realizámos um estudo tendente a verificar se essa “subclasse” apresenta especificidades relativas a sua constituição familiar, ao volume dos seus rendimentos e relativa à perceção da sociedade em que se inserem. O estudo foi realizado com recurso aos dados disponibilizados pelo *International Social Survey Programme* (2009). O questionário, congrega dados de 38 países (Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chile, China, Tailândia, Alemanha, Hungria, Islândia, Israel, Japão, Coreia do Sul, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estónia, Israel, Japão, Letónia, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polónia, Portugal, Rússia, Eslováquia, Eslovénia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Ucrânia, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América. Neste estudo seleccionámos e analisámos unicamente os dados relativos a Portugal.

7. Medida e Amostra

Do questionário, *International Social Survey* (2009), foram extraídas as sub-escalas destinadas a conhecer a composição familiar dos respondentes em trabalho remunerado, o seu nível de rendimentos e a sua perceção da sociedade em que se encontram inseridos e a qual é que desejariam pertencer.

O questionário foi aplicado a 1000 sujeitos em Portugal, dos quais 40,4% do sexo masculino e 59,6% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 91 anos de idade uma média de idades de 49 anos. No tocante às habilitações literárias dos respondentes, 6% mencionou ser analfabeto, 44,8% dos sujeitos reportou ter habilitações inferiores ao 9º ano de escolaridade, 16,4% o 9º ano de escolaridade, 18,3% o Ensino Secundário, 13% o Ensino Superior (ao nível do Bacharelato/Licenciatura) e 1,5% Mestrado e/ou Doutoramento. Da amostra inquirida, 87,3% dos respondentes encontram-se a realizar trabalho remunerado.

8. Os “*Working-Poors*” em Portugal: Resultados e Discussão

Os dados que seguidamente se apresentam relevam da 4ª ronda do inquérito realizado pelo ISSP (*International Social Survey Programme*), no ano de 2009, reportam-se unicamente a Portugal e são indicadores do nível de rendimentos de assalariados (ou seja, trabalhadores por conta de outrem) à luz da matriz de classes proposta por Wright (1994) no que respeita ao critério “Recursos de Meios de Produção”.

De entre os assalariados, apurados pela resposta positiva à questão “Qual o setor de atividade do seu emprego atual?” (Quadro I), constata-se que 63% dos respondentes trabalham para o setor privado e 35% e 23% dos respondentes mencionaram trabalhar para o setor governamental ou empresas com financiamento público. No tocante aos rendimentos reportados, 58% menciona auferir rendimentos entre os €351 e os €800.

		Rendimentos: Portugal						TOTAL
		Menos de €350 por mês	Entre €351-€500	Entre €501-€800	Entre €801-€1500	Entre €1501-€2500	Mais de €2500	
"Qual o setor de atividade do seu emprego atual?"	Trabalho para o governo	6	9	28	30	8	2	83
	% TOTAL	1%	2%	5%	6%	1%	0%	15%
	Trabalha para uma empresa com financiamento público	4	6	19	12	1	3	45
	% TOTAL	1%	1%	3%	2%	0%	1%	8%
	Trabalha para uma empresa não governamental ou com financiamento público	59	96	128	46	9	5	343
	% TOTAL	11%	18%	24%	8%	2%	1%	63%
	Empresário; Agricultor	24	14	16	12	5	2	73
	% TOTAL	4%	3%	3%	2%	1%	0%	13%
	TOTAL	93	125	191	100	23	12	544
	% TOTAL	17%	23%	35%	18%	4%	2%	100%






Quadro 1 - Rendimentos por Setor de atividade

No entanto, quando se compara os rendimentos auferidos por composição do agregado familiar (Quadro II), constata-se que a maioria dos agregados familiares menciona auferir rendimentos entre os €350 e €850, o que se torna tanto mais expressivo da presença de *working poor* quanto maior o agregado familiar. As famílias monoparentais correspondem a 6% da amostra e a grande maioria das mesmas auferem rendimentos entre os €501-€800 ou menos de €350 por mês. O que dividido pelo número de indivíduos que compõe o agregado familiar, atendendo ao número de crianças a cargos, poderá indiciar situações de pobreza. Assim, o argumento de que a pobreza persiste devido a situações de preguiça ou adições parece não ser suficiente para explicar o fenómeno da emergente subclasse. Os parcos rendimentos associados à composição familiar parecem ser sintomáticos da pertença a essa subclasse.

		Composição de agregado familiar: adultos e crianças					Total
		Agregado familiar composto apenas por 1 indivíduo	família monoparental (com 1, 2 ou 3 crianças)	2 adultos	2 adultos (com 1, 2 ou 3 crianças)	Outras composições familiares	
Rendimentos: Portugal	Menos de €350 por mês	23	10	38	19	30	120
	% TOTAL	4%	2%	6%	3%	5%	20%
	€351-€500	37	6	32	21	36	132
	% TOTAL	6%	1%	5%	4%	6%	22%
	€501-€800	29	11	50	51	54	195
	% TOTAL	5%	2%	8%	9%	9%	33%
	€801-€1500	16	7	21	40	22	106
	% TOTAL	3%	1%	4%	7%	4%	18%
	€1501-€2500	6	0	9	11	2	28
	% TOTAL	1%	0%	2%	2%	0%	5%
	Mais de €2500	0	2	4	3	3	12
	% TOTAL	0%	0%	1%	1%	1%	2%
	Total	111	36	154	145	147	593
% TOTAL	19%	6%	26%	24%	25%	100%	






Quadro 2: Rendimentos por Composição familiar (adultos e crianças)

Quando questionados acerca de “qual o tipo de sociedade que consideram ser a Portuguesa”, a maioria dos respondentes (41%) mencionou que a tipologia de sociedade que mais se assemelhava à portuguesa era a representada pelo “Tipo A” (Quadro III) e 36% caracteriza-a como similar ao diagrama da sociedade “tipo B”. Modelos piramidais aguçados, típicos de sociedades de tipo industrial e regimes autoritários (Estanque, 2012), em que a maioria da população se encontra confinada às classes mais baixas e um grupo restrito de indivíduos nas elites.

		Que tipo de sociedade considera ser a Portuguesa (escolha o diagrama que mais se assemelha)?					TOTAL
							
		Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	Tipo E	
Rendimentos: Portugal	Menos de €350 por mês	51	25	6	4	5	91
	% TOTAL	10%	5%	1%	1%	1%	17%
	€351-€500	57	35	13	3	3	111
	% TOTAL	11%	7%	2%	1%	1%	21%
	€501-€800	59	71	30	13	10	183
	% TOTAL	11%	13%	6%	2%	2%	35%
	€801-€1500	41	42	6	9	4	102
	% TOTAL	0,08	0,08	0,01	0,02	0,01	0,19
	€1501-€2500	7	10	3	5	2	27
	% TOTAL	133%	190%	57%	95%	38%	513%
Mais de €2500	1	7	4	0	0	12	
% TOTAL	0%	1%	1%	0%	0%	2%	
TOTAL	216	190	62	34	24	526	
% TOTAL	41%	36%	12%	6%	5%	100%	

Quadro 3: Rendimentos por tipo de sociedade (que considera ser a Portuguesa)

Ora, se por um lado, a sociedade percebida é contrastante entre classes, quando questionados acerca do tipo de sociedade que almejavam (Quadro IV), os sujeitos aponta maioritariamente para a sociedade “Tipo D” (53%), ou seja, uma sociedade com uma estrutura em losango. Estas sociedades, tal como as de “Tipo E”, são típicas de regimes democráticos mais avançados em que a classe média tem uma expressão acentuada (Estanque, 2012; Estanque, 2003). Neste tipo de sociedade, as classes extremadas são praticamente inexistentes e concentra a grande maioria da população no centro, o que parece indiciar a preferência por sociedades com classes médias robustas. Naquele caso, parece pertinente a interpretação de Estanque (2012), segundo o qual as classes baixas não almejam chegar ao topo, pois é um grupo socioprofissional que de tão distante parece inatingível, almejam por isso, chegar à classe média, a qual reunirá a segurança e os bens necessários para garantir a sua sobrevivência, sem sobressaltos.

		Que tipo de sociedade considera que Portugal deveria ter (escolha o diagrama que prefere)?					TOTAL
							
		Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	Tipo E	
Rendimentos: Portugal	Menos de €350 por mês	2	11	13	42	19	91
	% TOTAL	0%	2%	2%	8%	4%	17%
	€351-€500	2	9	13	66	23	111
	% TOTAL	0%	2%	2%	13%	4%	21%
	€501-€800	1	22	33	92	37	183
	% TOTAL	0%	4%	6%	17%	7%	35%
	€801- €1500	1	12	14	58	19	102
	% TOTAL	0%	2%	3%	11%	4%	19%
	€1501- €2500	0	5	4	14	4	27
	% TOTAL	0%	1%	1%	3%	1%	5%
Mais de €2500	0	2	3	7	0	12	
% TOTAL	0%	0%	1%	1%	0%	2%	
TOTAL	6	61	80	279	102	526	
% TOTAL	1%	12%	15%	53%	19%	100%	

Quadro 4: Rendimentos por configuração desejável da sociedade Portuguesa

9. Considerações Finais

A igualdade é considerada como primordial para o bem-estar social mas dado que a organização classista assenta em diversas desigualdades, é inevitável que se procure, com a irradicação das mesmas, a homeostasia da vida em sociedade. São várias as organizações mundiais e os investigadores que defendem a promoção da igualdade e da equidade enquanto indissociáveis do desenvolvimento económico (Jenkin, 2011; Myrdal, 1975; Myrdal, 1974). É inegável que a organização societária é piramidal e as classes os níveis que a fragmentam. Essa fragmentação assenta na distribuição desigual de poder (Stitt, 1994), recursos, autoridade organizacional e credenciais (Wright, 1997; Estanque, 1997; Estanque, 2009). No entanto, num contexto em que o tecido económico se apresenta tão frágil e volátil e que se assiste ao surgimento de novas formas de organização do trabalho, baseadas na precariedade laboral, com recurso a vínculos precários e ao subemprego (Estanque, 2009; Estanque, 2012), assiste-se igualmente ao surgimento de uma nova “classe”, que por se encontrar fora ou abaixo da classe tradicional se configura como uma subclasse (Estanque, 2009). É neste contexto que um conjunto de argumentos, associados aos princípios meritocráticos, apontam como a principal, se não a única, justificação para o subemprego e a pobreza, características individuais, como a preguiça ou os comportamentos aditivos (Murray, 1989, op. cit Gans, 1996). Argumentos que suscitam questões como: será que a pobreza se deve somente a características pessoais como a preguiça? (Kim, 1998); ou será que a ocupação profissional é o garante necessário para escapar à pobreza? (Wright, 1994). A definição de *working poor per se* parece responder às questões. De acordo com o censo americano os *working poor* correspondem aos “adultos que passam pelo menos metade do ano a trabalhar ou à procura de

trabalho mas que não recebem o suficiente para se manterem acima da linha de pobreza” (Newman e Lennon, 2004, pp. 117).

O conceito de pobreza relativa proposto pela União Europeia (Peña-Casas e Latta, 2004) aceita novas formas de pobreza para além da medida tradicionalmente aplicada, proposta pelas Nações Unidas que só parece abarcar pobreza absoluta e extrema. Este trabalho apresenta-se como uma proposta ao alargamento do constructo pobreza, que passe a integrar outras definições que abarquem a subclasse cujo enfoque é dado ao neste trabalho.

Referências Bibliográficas

Blackburn, McKinley L., & Bloom, David E. (1989). Income inequality, business cycles and female labor supply. In D. J. Slottje (1989). *Research on Economic Inequality, Vol. I*, JAI Press, pp. 327-342.

Cheal, David (1996). *New poverty: families in postmodern society*. London: Praeger publishers.

Crompton, Rosemary (1997). Diferença sexual e análise das classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°49, pp. 23-43.

England, Paula (1997). Dependência sexual, dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América: para onde apontam as tendências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N°49, pp. 45-66.

Estanque, Elísio & Mendes, José Manuel (1997). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um estudo comparativo*. Edições Afrontamento.

Estanque, Elísio (2003). 'O efeito classe média' - desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI. In Villaverde Cabral; Vala & Freire (Orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*. Lisboa: ICS, pp.69-105.

Estanque, Elísio (2009). Diferenças sociais de classe e o conflitualidade social. In Lages & Matos (2009). *Portugal intercultural: Razão e Projecto*, Lisboa: CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa/ ACIDI - Alto Comissariado para a Integração e Desenvolvimento Intercultural, pp. 123-176.

Estanque, Elísio (2012). *A classe média: Ascensão e Declínio*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Fula, António, Amaral, Virgílio & Abraão, Ana (2012) Que idade tem o trabalhador mais velho? Um contributo para a definição do conceito de trabalhador mais velho. *Análise Psicológica*, 3, pp. 285-300.

Gans, Herbert J. (1996). From "Underclass" to "Undercaste": Some observations about the future of the post-industrial economy and its major victims. In Mingione, *Urban poverty and the underclass: a reader*, Blackwell Publishers, pp. 141-152.

International Social Survey Programme: Social Inequality IV - ISSP 2009

Jenkin, Samuel (2011). The Economic debate on inequality: past, present and future. *International Journal of Business and Social Science*, Vol. 2, N° 18, pp. 46-56.

Kim, Marlene (1998). Are the Working Poor Lazy? *Challenge*, vol. 41, n° 3, pp. 85-99.

Newman, Katherine & Lennon, Chauncy (2004). Working Poor, working hard: trajectories at the bottom of the American labor market. In Devine & Waters (2004), *Social inequalities in comparative perspective*, Blackwell Publishing, pp. 116-140.

Myrdal, Gunnar (1975). The equality issue in world development. *Swed. Journal of Economics*, pp. 413-432.

Myrdal, Gunnar (1974). What is development? *Journal of Economic Issues*, Vol. VIII, N° 4, pp. 729-736.

Peña-Casas, Ramon & Latta, Mia (2004). *Working Poor in the European Union*. Dublin: Office for Official Publications of the European Communities.

Rebello, Glória (2004). *Flexibilidade e precariedade no trabalho: Análise e Diagnóstico*, Dissertação de Doutoramento.

- Sabia, Joseph J. & Burkhauser, Richard V. (2010). Minimum wage and poverty: will a \$9.50 federal minimum wage really help the working poor? *Southern Economic Journal*, 76 (3) , pp. 592-623.
- Schiller, Bradley R. (2001). *The economics of poverty and discrimination*, 9th Ed. Prentice Education.
- Silva, Manuel (2009). *Classes Sociais: Condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Famalicão: Edições Humus.
- Stevans, D. G. (2005). A comprehensive profile of the working poor. *Labour* 19 (3) , pp. 517-529.
- Stitt, Sean (1994). *Poverty and poor relief: concepts and reality*. Avebury.
- United Nations (1948). The Universal Declaration of Human Rights, <http://www.un.org/en/documents/udhr/>
- Wright, Erik Olin (1994). *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*. London: Verso.